

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

31) De acordo com a Lei nº 8.069/1990 (ECA), são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei. Qual é a definição de “ato infracional” atribuída pela legislação invocada, envolvendo crianças e adolescentes?

a) A conduta descrita como crime ou contravenção penal.

b) A conduta descrita como desrespeitosa da criança e do adolescente no âmbito de seu convívio social e familiar.

c) A conduta descrita como contestadora das orientações de professores e mestres relativas à aprendizagem escolar.

d) A conduta envolvendo problemas relacionados ao comportamento psicossocial inadequado da criança e do adolescente em sua relação com a sociedade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Segundo o artigo 103 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Fonte: BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de nov. de 2010.

32) Verificada a prática de ato infracional, a Lei nº 8.069/1990 (ECA) estabelece que a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente a medida de prestação de serviços à comunidade. Na prestação de serviços comunitários, o adolescente realizará tarefas

a) de interesse geral e específicas junto aos programas comunitários ou governamentais com remuneração proporcional e por período não excedente a doze meses.

b) gratuitas de interesse geral, por período não excedente a doze meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

c) gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

d) educativas junto a entidades empresariais, com remuneração proporcional de responsabilidade da mesma, desde que seja respeitado o horário escolar e exigido pela instituição responsável a frequência regular do adolescente assistido e por período não excedente a seis meses.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Segundo o artigo 117 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na prestação de serviços comunitários, o adolescente realizará tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Fonte: BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de nov. de 2010.

33) A Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) estabelece que é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade pode compreender alguns aspectos como:

I. opinião e expressão.

II. crença e culto religioso.

III. participação na vida familiar e comunitária.

IV. gratuidade integral e incondicional em quaisquer meios de transporte de propriedade pública ou privada de natureza comercial.

V. faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

Os aspectos enumerados anteriormente que realmente estão compreendidos pelo direito à liberdade, de acordo com o Estatuto do Idoso são **apenas**

a) I, II e IV.

b) III, IV e V.

- c) I, II, III e V.
d) II, III, IV e V.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A afirmativa IV “*Gratuidade integral e incondicional em quaisquer meios de transporte de propriedade pública ou privada de natureza comercial*” é a única que não está relacionada como um aspecto compreendido pelo direito à liberdade do idoso, segundo o § 1º do artigo 10 da lei 10.741 de 1º de outubro de 2.003 (Estatuto do Idoso), que estabelece que o direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
II – opinião e expressão;
III – crença e culto religioso;
IV – prática de esportes e de diversões;
V – participação na vida familiar e comunitária;
VI – participação na vida política, na forma da lei;
VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

Fonte: BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Brasília, DF, 2003.

34) Associe as duas colunas relacionando o exercício profissional do assistente social com os direitos, deveres e vedações estabelecidos pela Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e o Código de Ética do/a Assistente Social. Alguns números poderão ser utilizados mais de uma vez.

- | | |
|-------------|---|
| (1) Direito | () incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar. |
| (2) Dever | () pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população. |
| (3) Vedação | () assinar ou publicar em seu nome trabalhos de terceiros, quando executados sob sua orientação. |
| | () aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios do Código de Ética do/a Assistente Social. |

A sequência correta dessa associação é

- a) 3 – 1 – 2 – 2
b) 2 – 1 – 3 – 1
c) 1 – 3 – 2 – 1
d) 2 – 3 – 1 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo a letra “d” do artigo 10 da Lei nº 8.662/1993, é *um dever* do assistente social incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; segundo a letra “g” do artigo 2º da mesma Lei, constitui um *direito* do assistente social o pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população; segundo a letra “j” do artigo 4º da respectiva lei, consta entre as *vedações* do assistente social, assinar ou publicar em seu nome trabalhos de terceiros, quando executados sob sua orientação, e por último, e como *direito* do assistente social, está o aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios do Código de Ética do Assistente Social.

Fonte: BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei n 8.662/93 de regulamentação de Profissão.** 10.ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Atualizado em 13/03/1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

35) Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

A Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e o Código de Ética do/a Assistente Social, descreve entre as vedações, direitos e deveres deste profissional, que é _____ depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional; que é _____ apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania; e que é _____ denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.

- a) vedado / dever / direito
b) direito / vedado / dever

- c) dever / vedado / direito
d) vedado / direito / dever

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Segundo a letra “a” do artigo 20 da Lei nº 8.662/1993, é *vedado* ao assistente social depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado; segundo a letra “b” do artigo 12 da mesma Lei, constitui *direito* do assistente social apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, e por último e segundo a letra “a” do artigo 13 da respectiva lei, entre os *deveres* do assistente social, está o de denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os/as usuários/as ou profissionais.

Fonte: BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei nº 8.662/93 de regulamentação de Profissão.** 10.ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Atualizado em 13/03/1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

36) Informe se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas abaixo sobre os objetivos da gestão das ações na área de Assistência Social organizada sob a forma do sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), segundo a Lei nº 8.742/1993. A seguir, indique a opção com a sequência correta.

- () Estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social.
- () Definir os níveis de gestão padronizados a nível nacional, independente das diversidades regionais e municipais.
- () Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social.
- () Estabelecer a gestão desmembrada de serviços e benefícios.
- () Afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

- a) F – F – V – V – F
- b) F – V – V – F – V
- c) V – F – V – F – V
- d) V – V – F – F – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A segunda e quarta afirmativas são falsas, a saber: segundo o inciso IV do artigo 6º da lei 8.742/1993, *um dos objetivos* da gestão das ações na área de assistência social organizada sob a forma do sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) é definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; *outro objetivo*, segundo o inciso VI do artigo 6º da Lei nº 8.742/1993 é definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.

Fonte: BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1993.

37) Leia a disposição legal e escolha a alternativa que completa corretamente o enunciado abaixo.

O Art. 20 da Lei nº 8.742/1993 estabelece que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal à determinados indivíduos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Devido a essa especificação acima contida, os indivíduos tratados pela legislação são pessoas

- a) com deficiência e idosos com 60 anos ou mais.
- b) com deficiência e idosos com 65 anos ou mais.
- c) em situação de vulnerabilidade social e idosos com 60 anos ou mais.
- d) responsáveis por crianças e ou adolescentes vulneráveis e idosos com 65 anos ou mais.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

O artigo 20 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1.993 estabelece que os indivíduos que fazem jus ao benefício de prestação continuada com a garantia de um salário-mínimo mensal são pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tela provida por sua família.

Fonte: BRASIL. **Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1993.

38) Leia a disposição legal abaixo e indique a alternativa que completa corretamente o enunciado.

“Crise Contemporânea e as Metamorfoses no Mundo do Trabalho – In: Adeus ao trabalho?” (Antunes, 2003) discorre que, em 1950, houve um expressivo movimento grevista contra um processo de demissões em massa na Toyota (entre 1.600 a dois mil trabalhadores). A longa greve dos metalúrgicos foi derrotada pela Toyota. Em 1952/1953, desencadeou-se uma nova luta sindical em várias empresas, contra a racionalização do trabalho e por aumentos salariais, onde o sindicalismo foi novamente derrotado (Coriat, 1992b: 36 e Gounet, 1991a: 42). Após a repressão que se abateu sobre os principais líderes sindicais, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo combativo e criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista. Sendo assim, o que constitui o traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista?

- a) Sindicalismo social atado ao universo social coletivo.
- b) Sindicalismo político atado ao universo político institucional.
- c) Sindicalismo proletário atado ao universo individual operário.
- d) Sindicalismo de empresa atado ao ideário e ao universo patronal.**

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Segundo a “Crise Contemporânea e as Metamorfoses no Mundo do Trabalho – In: Adeus ao trabalho?” (Antunes, Ricardo, 2003), o traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista é o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao ideário e ao universo patronal.

Fonte: ANTUNES, Ricardo. Crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho. **In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2003.

39) De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) – NOB-RH/SUAS 2006, a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social tem por fundamento a educação e uma das formas de sua realização acontece com o envolvimento de diversos atores no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos de capacitação aprovados por seus respectivos conselhos. Qual é a definição correspondente à forma de educação discorrida anteriormente?

- a) Participativa.**
- b) Descentralizada.
- c) Avaliada e monitorada.
- d) Sistemática e continuada.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) NOB-RH/SUAS, de dezembro de 2006, página 18, uma das diretrizes para Política Nacional de Capacitação é a capacitação dos trabalhadores da Assistência Social que tem por fundamento a educação e uma das formas de sua realização é a *participativa*, que conta com o envolvimento de diversos atores no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos de capacitação, aprovados por seus respectivos conselhos.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH.** Brasília, DF, 2006.

40) “Gestão de Projetos Sociais” (ÁVILA, 2001.) é uma coletânea dos textos elaborados para dar suporte ao projeto e curso “Gestores Sociais” da Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária (AAPCS). Ao tratar do tema “Avaliação de Projetos Sociais” (CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. In: ÁVILA, Célia M. *Gestão de projetos sociais*. 3.ed. rev. São Paulo, 2001. *Coleção Gestores Sociais*) concluiu-se que avaliar políticas e programas sociais tornou-se um desafio tanto para os centros de pesquisa quanto para os governos e que hoje a demanda dos pesquisadores por “rastrear” e inovar conceitos/metodologias avaliativas pauta-se pela rejeição crescente aos modelos tradicionais, que não conseguem apreender a totalidade dos fluxos e nexos inerentes à tomada de decisões, à implementação, à execução, aos resultados e aos impactos produzidos e que, em consequência, não oferecem informações substantivas para influir nos fatores institucionais e processuais geradores de ineficiências crônicas no desempenho das políticas e programas sociais. A avaliação hoje assume nova amplitude. Avaliam-se políticas, programas, serviços, produtos, inovações tecnológicas, estratégias, custos etc. Para tal abrangência, ganha relevância à disposição das próprias organizações em se autoavaliarem. Nesta seara, a avaliação institucional lhes propicia ganhos de eficiência/eficácia, enquanto lhes permite verificar

- I. a relevância social de sua missão institucional.
- II. sua organização e representação político-partidária.
- III. sua competência organizacional e gerencial.
- IV. sua capacidade de estabelecer parcerias na realização de ações sociais de maior alcance.
- V. reconhecimento e “peso” na esfera pública.

As verificações anteriormente enumeradas que realmente estão compreendidas pela avaliação institucional descrita e que propicia ganhos de eficiência/eficácia são apenas

- a) II e V.
- b) II, III e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III, IV e V.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o Livro “Gestão de Projetos Sociais”, ao tratar das dimensões da avaliação, considera que a avaliação institucional lhes propicia ganhos de eficiência/eficácia, enquanto lhes permite verificar:

- a coerência e relevância social de sua missão institucional;
- sua inserção na comunidade;
- sua competência organizacional e gerencial;
- a atualidade de seus propósitos e métodos de ação;
- sua flexibilidade para responder a antigas e novas demandas sociais;
- seus valores e cultura institucional;
- sua capacidade de estabelecer parcerias na realização de ações sociais de maior alcance;
- sua visibilidade e legitimidade social;
- reconhecimento e “peso” na esfera pública.

Portanto, a verificação da sua organização e representação político-partidária não está incluída na avaliação supracitada envolvendo ganhos de eficiência/eficácia.

Fonte: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. **Gestão de projetos sociais**. 3.ed. rev. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. (Coleção Gestores Sociais).

41) Associe as duas colunas relacionando os propósitos que informam os objetivos do planejamento com sua descrição, considerando que no título “Definição de Objetivos e Estabelecimentos de Metas” do livro “Planejamento Social”, da autora Myrian Veras Baptista, foi analisado que a definição de objetivos no planejamento pode ser informada por diversos propósitos: crescimento/produção, mudança ou legitimação. Assinala que esses propósitos se referem a âmbitos distintos de realidade e as categorias que os norteiam não são metodologicamente equivalentes, o que dá origem, em cada um deles, a um viés particular de abordagem, com complexidades diferentes. Alguns números poderão ser utilizados mais de uma vez e outros.

- | | |
|------------------------------|--|
| (1) Propósito de crescimento | () origina o planejamento estratégico e seu âmbito de realidade são as forças sociais em presença. |
| (2) Propósito de mudança | () origina o planejamento administrativo: dimensiona os recursos, quantifica os objetivos e relaciona uns com os outros, mediante procedimentos que se aproximam de uma forma de avaliação. |
| (3) Propósito de legitimação | () origina o planejamento ideológico e seu âmbito de realidade são as forças sociais em relação à totalidade social. |
| | () implica a interpretação social da questão e procura entender os processos sociais e a questão tratada como inserida nesse processo. Sua categoria-chave é o poder e suas decorrências. |

A sequência correta dessa associação é

- a) 3 – 2 – 1 – 3
- b) 2 – 1 – 3 – 1
- c) 3 – 3 – 1 – 2
- d) 2 – 1 – 3 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Segundo o título “*Definição de Objetivos e Estabelecimentos de Metas*” do livro “*PLANEJAMENTO SOCIAL - intencionalidade e instrumentação*”, da autora Myrian Veras Baptista, foi analisado que a definição de objetivos no planejamento pode ser informado por diversos propósitos: *crescimento*/produção, *mudança* ou *legitimação*. O *propósito de crescimento* origina o planejamento administrativo: dimensiona os recursos, quantifica os objetivos e relaciona uns com os outros, mediante procedimentos que se aproximam de uma forma de avaliação. Por relacionar variáveis “objetivas”, as categorias básicas com que trabalha são aquelas que se referem aos aspectos imediatos da questão enfrentada. O *propósito de mudança* origina o planejamento estratégico e seu âmbito de realidade são as forças sociais em presença: implica a interpretação social da questão (o que significa mudança de paradigma), procura entender os processos sociais e a questão tratada como inserida nesse processo. Sua categoria-chave é o poder e suas decorrências. O *propósito de legitimação* origina o planejamento ideológico e seu âmbito de realidade são as forças sociais em relação à totalidade social. Nessa modalidade de planejamento o que se pretende é legitimar a proposta, o que significa compreender o ideário da sociedade em relação à questão tratada.

Fonte: BAPTISTA, Myrian. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

42) Preencha as lacunas e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Ao tratar o tema “Introdução à Temática da Gestão Social”, na adaptação do texto original de autoria de Maria do Carmo Brant de Carvalho, incluído no livro “Gestão de Projetos Sociais”, foi consolidado que até os anos 70, estávamos acostumados a olhar os países desenvolvidos como parâmetro na conquista de _____: um Estado Social forte, capaz de produzir pleno emprego e políticas sociais relativamente eficazes na produção de maior equidade e usufruto de direitos sociais extensivo a todos os cidadãos. A partir dos anos 80, assistimos a uma tendência ao desmonte do propósito essencial da política social: sua oferta _____ e _____. A crise dos últimos 20 anos é feita de um conjunto turbulento de vários ingredientes: os processos de globalização varrendo fronteiras; o triunfo planetário do capitalismo; a quase ausência de crescimento econômico nos países chamados “emergentes” ou “periféricos”; a supremacia da especulação financeira, que torna o dinheiro virtual em “_____ de políticas fiscais, cambiais e monetárias” dos países, segundo afirmou *Peter Drucker*.

- a) bem-estar social / direcionada / concentrada / árbitro final
- b) bem-estar social / universalista / redistributivista / árbitro final
- c) bem-estar político-econômico / direcionada / pontual / agente passivo
- d) bem-estar político-econômico / seletiva / concentrada / agente passivo

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o Livro “Gestão de Projetos Sociais” na adaptação do texto original de autoria de Maria do Carmo Brant de Carvalho que ao tratar do tema “introdução à temática da gestão social”, consolidou que até os anos 70, estávamos acostumados a olhar os países desenvolvidos como parâmetro na conquista de *bem-estar social*: um Estado social forte, capaz de produzir pleno emprego e políticas sociais relativamente eficazes na produção de maior equidade e usufruto de direitos sociais extensivo a todos os cidadãos. A partir dos anos 80, assistimos a uma tendência ao desmonte do propósito essencial da política social: sua oferta universalista e redistributivista. A crise dos últimos 20 anos é feita de um conjunto turbulento de vários ingredientes: os processos de globalização varrendo fronteiras; o triunfo planetário do capitalismo; a quase ausência de crescimento econômico nos países chamados “emergentes” ou “periféricos”; a supremacia da especulação financeira, que torna o dinheiro virtual em “*árbitro final* de políticas fiscais, cambiais e monetárias” dos países, segundo afirmou *Peter Drucker*.

Fonte: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação de projetos sociais. In: ÁVILA, Célia M. **Gestão de projetos sociais**. 3.ed. rev. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. (Coleção Gestores Sociais).

43) Segundo o título “Definição de Objetivos e Estabelecimentos de Metas” do livro “Planejamento Social”, da autora Myrian Veras Baptista, no contexto das tomadas de decisão durante o processo do planejamento, no momento de definição dos objetivos, demarca-se o estado de coisas que se pretende atingir com a ação planejada. Os objetivos podem ser subdivididos em gerais, específicos e operacionais. Devido a essa subdivisão dos objetivos supracitados, os objetivos operacionais

- a) expressam os valores principais e a intencionalidade da organização.
- b) indicam a natureza do conjunto dos resultados pretendidos pelo planejamento que está sendo desenvolvido.
- c) **traduzem-se por metas relativas à eficiência e à economia da ação: metas técnicas, administrativas e/ou de equipamentos.**
- d) representam a previsão das características desejáveis de resultados da ação sobre aspectos determinados da situação objeto do planejamento.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Segundo o título “*Definição de Objetivos e Estabelecimentos de Metas*” do livro “*Planejamento Social*”, da autora Myrian Veras Baptista, no contexto das tomadas de decisão durante o processo do planejamento, no momento de definição dos objetivos demarca-se o estado de coisas que se pretende atingir com a ação planejada, nesse sentido, a sua delimitação e clareza são fundamentais para o projeto. Essa definição se faz luz do conhecimento acumulado nas aproximações anteriores, relacionadas à situação e suas tendências, seus valores, implicações e possibilidades. Os objetivos podem ser subdivididos em *gerais, específicos e operacionais*. Os *objetivos operacionais* determinam as ações pelas quais os objetivos gerais e específicos serão alcançados. Traduzem-se por metas relativas à eficiência e à economia da ação: metas técnicas, administrativas e / o u de equipamentos.

Fonte: BAPTISTA, Myrian. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras, 2000.

44) Associe as duas colunas relacionando o esquema de definição entre a população-alvo e as ações correspondentes contidas no III Plano Nacional de Desenvolvimento (Faleiros – Saber Profissional e Poder Institucional), considerando o contexto abaixo.

Várias greves selvagens foram deflagradas em 1979 e 1980 na indústria e nos serviços, incluindo a dos metalúrgicos de São Paulo, a da construção civil em Belo Horizonte e dos professores em todos os níveis, resultando em uma conjuntura de recessão aguda face à crise, à mobilização popular e aos movimentos de reivindicação cada vez mais ativos. O PNCSU (Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos) muda de estratégia. Nesta seara, o III Plano Nacional de Desenvolvimento apresenta como traço principal desta política de “participação”, a solução dos problemas em escala local e a integração da população às iniciativas governamentais. Alguns números poderão ser utilizados mais de uma vez e outros poderão não ser usados.

- | | |
|--|------------------------------|
| (1) Serviços | () grupo de mãe e crianças. |
| (2) Assistência e saúde | () idosos. |
| (3) Medidas voltadas para o mercado de trabalho. | () jovens. |
| (4) Esportes | () desempregados e pobres. |
| | () população em geral. |

A sequência correta dessa associação é

- a) 1 – 2 – 4 – 1 – 2
- b) **2 – 1 – 4 – 3 – 2**
- c) 2 – 3 – 1 – 4 – 1
- d) 1 – 3 – 1 – 2 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com o *III Plano Nacional de Desenvolvimento (Faleiros, Vicente de Paula – Saber Profissional e Poder Institucional)*, a correlação entre a população-alvo e as ações está claramente definida segundo o seguinte esquema:

(1) Serviços	(2) Grupo de mãe e crianças
(2) Assistência e saúde	(1) Idosos
(3) Medidas voltadas para o mercado de trabalho.	(4) Jovens
(4) Esportes	(3) Desempregados e pobres
	(2) População em geral

Fonte: FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 7. ed. São Paulo: Cortez.

45) O período que vai de meados do século XIX até a terceira década do século XX foi marcado pelo predomínio do princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado. Alimentada pelas teses de *David Ricardo* e *Adam Smith* (2003), foi introduzida a tese de que cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade, maximizaria o bem-estar coletivo em que o funcionamento livre e ilimitado do mercado assegurando-o e regularia as relações econômicas e sociais, resumindo ao Estado o papel de fornecer a base legal para que o mercado possa maximizar os “benefícios aos homens”. Qual é a definição de Estado, atribuída pelas teses e princípios acima discorridos?

- a) Estado liberal.
- b) Estado regulador.
- c) Estado intervencionista.
- d) Estado democrata-social.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com o subtítulo 2 – *O liberalismo e a negação da política social* - BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, I. *Política Social, Fundamentos e história*, as teses apresentadas por David Ricardo e Adam Smith e que pressupõem o predomínio do mercado como supremo regulador das relações sociais em face da ausência de intervenção estatal, introduz a tese que vai se cristalizar como um fio condutor da ação do Estado definido como “Liberal”.

Fonte: BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, I. **Política Social, Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

46) Ao se analisar o significado do serviço social na divisão do trabalho em “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos” (Iamamoto, 1992), assinala-se que o pano de fundo do processo de institucionalização do serviço social, como profissão na sociedade, é a “questão social”, isto é, o processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, exigindo, a partir de suas lutas, o seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado. O Estado passa a intervir nas relações entre o empresariado e a classe operária através de

- a) reconhecimento da representação político-partidária de cada classe.
- b) legislação social e trabalhista e da prestação de serviços sociais previstos nas políticas sociais.
- c) legislação empresarial e da prestação de serviços de filantropia previstos nas políticas empresariais.
- d) estímulo ao estreitamento de relações entre o empresariado e as centrais sindicais representantes da classe operária.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo Marilda Vilela IAMAMOTO, “Renovação e Conservadorismo no Serviço Social- ensaios críticos”, subtítulo “significado do serviço social na divisão do trabalho”, o Estado passa a intervir nas relações entre o empresariado e a classe operária através de *legislação social e trabalhista e da prestação de serviços sociais previstos na nas políticas sociais*.

Fonte: IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

47) A “idade de ouro” das políticas sociais conhecida como “*Welfare State*” ou “Estado de Bem-Estar” surgiu com a mudança do desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa Ocidental após a primeira grande crise do capital: a depressão de 1929-1932, seguida dos efeitos da Segunda Guerra Mundial, sob a consolidação da convicção sobre a necessidade de Regulação Estatal para seu enfrentamento. A consolidação da convicção supracitada pode compreender alguns fatores como:

- I. estabelecimento de políticas keynesianas com vistas a gerar pleno emprego e crescimento econômico num mercado capitalista liberal.
- II. instituição de serviços e políticas sociais com vistas a criar demanda e ampliar o mercado de consumo.
- III. redução do orçamento social.
- IV. amplo acordo entre esquerda e direita, entre capital e trabalho.
- V. funcionamento livre e ilimitado do mercado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II, e IV.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) II, III, IV e V.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

De acordo com o subtítulo 2 – *As Políticas Sociais e a Experiência do Welfare State* - BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, I. *Política Social, Fundamentos e história*. São Paulo- Cortez, pág. 92, a “redução do orçamento social” e o “funcionamento livre e ilimitado do mercado”, são fatores compreendidos pela ação do Estado definido como “Liberal”.

Fonte: BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, I. **Política Social, Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

48) Em “Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras” (Sposati) foi discorrido que o significado da prática do assistente social se desenvolve em quase um movimento pendular entre prover bens e serviços à população, representar o apoio do Estado e constituir uma força na direção do avanço da presença dos interesses e da organização popular como forma de desmascarar o ilusório. Há de se ter presente que as ações das políticas sociais apresentam uma dupla face de reforço da exclusão e esperança de usufruto de bens e serviços que acabam por se converter em possibilidade de mobilização popular pela conquista e apropriação destes. Nesta seara, as políticas sociais antecipam as necessidades da população e apresentam as seguintes tendências em relação aos conflitos e às lutas populares:

- a) mediar conflitos e as lutas populares.
- b) solucionar os conflitos e as lutas populares.
- c) **abafar conflitos e desmobilizar as lutas populares.**
- d) refletir e avaliar a natureza dos conflitos e lutas populares.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Segundo a “Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras” (Sposati, Aldaíza de Oliveira), as ações das políticas sociais apresentam uma dupla face de reforço da exclusão e esperança de usufruto de bens e serviços que acabam por se converter em possibilidade de mobilização popular pela conquista e apropriação destes bens e serviços, considerando que antecipam as necessidades da população, porém, tendem a *abafar conflitos e desmobilizar as lutas populares*.

Fonte: SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

49) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

“O serviço social como profissão situa-se no processo reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade _____ e _____ no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe _____ entre a classe _____, isto é, na criação de bases _____ para o exercício do poder de classe.” (Iamamoto, 1992, “significado social da profissão” – *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*.)

- a) ordenativa / determinativa / política / social / trabalhistas
- b) auxiliar / determinativa / trabalhadora / política / políticas
- c) **auxiliar / subsidiária / dominante / trabalhadora / políticas**
- d) ordenativa / subsidiária / dominante / trabalhadora / trabalhistas

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Segundo IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social- ensaios críticos*, o Serviço Social como profissão, situa-se no processo reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária* no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe *dominante* entre a classe *trabalhadora*, isto é, na criação de bases *políticas* para o exercício do poder de classe.

Fonte: IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

50) Informe se são verdadeiras (V) ou falsas (F) as afirmativas abaixo em relação às condições concretas em que a prática profissional do Assistente Social se realiza, segundo a análise contida no subtítulo “A Redescoberta das Mediações” (Faleiros, Vicente de Paula – *Saber Profissional e Poder Institucional*), considerando o seguinte contexto.

Várias pesquisas como as de Eunice Reymão e Maria Luiza de Souza mostram que os assistentes sociais, na prática, confundem os objetivos profissionais e institucionais e essa confusão advém da própria realidade institucional em que se situa o serviço social e da inconsistência teórica da profissão que levou a uma reflexão teórica sobre o trabalho social e a uma retomada de discussão de sua prática. A forma de repensar a prática profissional passou para uma análise das condições concretas em que ela se realiza.

- () O desenvolvimento do capitalismo tem levado o Assistente Social a incorporar-se em diversas tarefas como um profissional liberal.
- () A visão humanista fazia o serviço social aparecer como um sacerdócio, uma atividade benevolente e sem o caráter específico determinado pela sua inserção no processo técnico e social do trabalho.
- () O assalariamento e a venda da força de trabalho do Assistente Social o faz participar em condições objetivas sociais, políticas e econômicas superiores à que se encontra a população com quem trabalha.
- () A reflexão sobre as condições institucionais vieram mostrar a realidade do serviço social como subordinado no processo decisório.

Indique a opção com a sequência correta.

- a) F – F – V – V
- b) F – V – F – V**
- c) V – V – F – F
- d) V – F – V – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo *Vicente de Paula Faleiros – Saber Profissional e Poder Institucional*, o próprio desenvolvimento do capitalismo tem levado o Assistente Social a incorporar-se em diversas tarefas como um *assalariado* e o assalariamento e a venda da força de trabalho do Assistente Social, o faz participar das *mesmas condições objetivas em que se encontra a população com quem trabalha*.

Fonte: FALEIROS, V. P. **Saber profissional e poder institucional**. 7. ed. São Paulo: Cortez.

51) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004, a unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano, denominada _____, executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Além disso, atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário e neste sentido é responsável pela oferta do _____, que é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. A equipe desta unidade deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de _____ na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência da unidade, em conexão com outros territórios.

- a) CSU – Centro Social Urbano / BPC – Benefício de Prestação Continuada / vigilância da exclusão social
- b) NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família / SIPC – Sistema Integrado de Proteção Social / abordagem institucional
- c) CRAS – Centro de Referência de Assistência Social / PAIF – Programa de Atenção Integral às Famílias / vigilância da exclusão social**
- d) CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social / SIPC – Sistema Integrado de Proteção Social / vigilância da exclusão política e econômica

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Segundo o subtítulo “*Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica*” - *A Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004*”, o *Centro de Referência da Assistência Social – CRAS* é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido, é responsável pela oferta do *PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias*. A equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo *um serviço de vigilância da exclusão social* na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

Fontes:

- BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF, 1993.

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. Política Nacional de Assistência Social. **Resolução Normativa RN N.º 78, de 25 de junho de 2004**. Brasília, DF, 2004.

52) Preencha as lacunas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

Em “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional” (Iamamoto, 2008), o Assistente Social, atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e dos movimentos sociais pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de segmentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões, contribuindo para romper as “caixas pretas” que guardam em segredo informações que necessitam ser difundidas junto à coletividade. Esse rumo _____ requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das “normas” da instituição, da burocracia. O requisito é, ao inverso, uma competência _____ capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência _____ e fidelidade ao movimento da realidade; competência _____ e _____ que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

- a) teórico / técnica / ético-política / social / crítica
- b) ético-social / teórica / empírica / crítica / ético-política
- c) ético-político / crítica / teórica / técnica / ético-política
- d) teórico-político / crítica / empírica / ético-política / técnica

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

De acordo com o “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional” (Iamamoto, Marilda Vilela - 2008), o Assistente Social atuando na esfera das políticas sociais, das organizações e movimentos sociais, pode interferir, no âmbito de sua área de competência, para ampliar a ingerência de segmentos da sociedade civil em questões que lhes são concernentes, compartilhando propostas e decisões, contribuindo para romper as “caixas pretas” que guardam em segredo informações que necessitam ser difundidas junto à coletividade. Esse rumo *ético-político* requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o teorismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das “normas” da instituição, da burocracia. O requisito é, ao inverso, uma competência *crítica* capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência *teórica* e fidelidade ao movimento da realidade; competência técnica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e este, ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Fonte: IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

53) Associe as duas colunas relacionando as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho às suas respectivas características observadas no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, segundo “Crise Contemporânea e as Metamorfoses no Mundo do Trabalho – In: Adeus ao trabalho?” (Antunes, 2003). Alguns números poderão ser utilizados mais de uma vez e outros poderão não ser usados.

- | | |
|--|---|
| (1) Desproletarização do trabalho industrial | () resultado mais brutal observado nessas transformações. |
| (2) Heterogeneização do trabalho | () expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado. |
| (3) Subproletarização | () pode também se expressar através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. |
| (4) Desemprego estrutural | () diminuição da classe operária industrial tradicional. |

A sequência correta dessa associação é

- a) 3 – 3 – 2 – 1
- b) 4 – 3 – 2 – 1
- c) 3 – 1 – 2 – 3
- d) 4 – 1 – 2 – 3

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo a “Crise Contemporânea e as Metamorfoses no Mundo do Trabalho – In: Adeus ao trabalho?” (Antunes, Ricardo, 2003), Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma *desproletarização* do trabalho que em outras palavras, *houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional*. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se *uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”,* que marca a sociedade dual no capitalismo avançado, da qual os gastarbeiters na Alemanha e o lavoro vero na Itália são exemplos do enorme contingente de trabalho migrante que se dirige para o chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do welfare state, invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia. *O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural,* que atinge o mundo em escala global.

Fonte: ANTUNES, Ricardo. Crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho. **In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2003.

54) Segundo Guerra (2010) – “A instrumentalidade do Serviço Social”, ao submeter o processo de trabalho a um determinado objetivo, sem alterar tecnicamente a produção, o capitalista tem que se utilizar do recurso de prolongar a jornada de trabalho que é a forma pela qual a subsunção do trabalhador ao capital se expressa. Sendo assim, a denominação do objetivo invocado anteriormente corresponde a

- a) mais valia.
- b) exploração social.
- c) diversificação da jornada de trabalho.
- d) desregulamentação da jornada de trabalho.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Segundo Guerra, Yolanda Aparecida Demétrio, “a instrumentalidade do Serviço Social é a força de trabalho que gera um diferencial e cria um excedente do qual pode se apropriar”. Ao submeter o processo de trabalho ao objetivo de mais valia, sem alterar tecnicamente a produção, o capitalista tem que se utilizar do recurso de prolongar a jornada de trabalho que é a forma pela qual a subsunção do trabalhador ao capital se expressa.

Fonte: GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010

55) Segundo Guerra – A instrumentalidade do Serviço Social (2010), os processos sociais possuem uma racionalidade objetiva, um núcleo fundante por meio do qual torna-se possível a razão aprender tanto sua legalidade tendencial quanto suas possibilidades internas. Assim, há uma causalidade posta na realidade que obedece ao movimento do universo material regido por um princípio caracterizado pela relação de continuidade e ruptura entre matéria e movimento, produzindo e reproduzindo a história. O princípio destacado pelas características supracitadas corresponde ao princípio do(a)

- a) abstrato.
- b) linearidade.
- c) socialidade.
- d) substancialidade.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Segundo Guerra, Yolanda Aparecida Demétrio – *A instrumentalidade do Serviço Social*, os processos sociais possuem uma racionalidade objetiva, um núcleo fundante por meio do qual torna-se possível à razão aprender tanto sua legalidade tendencial quanto suas possibilidades internas. Assim há uma causalidade posta na realidade que obedece ao movimento do universo material regido pelo princípio da substancialidade, ou seja, pela relação de continuidade e ruptura entre matéria e movimento, produzindo e reproduzindo a história.

Fonte: GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do Serviço Social.** 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010

56) A Política Nacional de Assistência Social – PNAS/ 2004, em consonância com o disposto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), capítulo II, seção I, Art. 4º, estabelece os princípios democráticos que a regem e entre eles estão compreendidos.

- I. supremacia das exigências de rentabilidade econômica sobre o atendimento às necessidades sociais.
- II. direcionamento e segmentação dos direitos sociais, a fim de restringir o destinatário da ação assistencial e definir e segmentar as políticas públicas e sua forma de acesso, de acordo com as peculiaridades e perfil local.
- III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II e V.
- b) I, II e III.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

As afirmativas I e II não estão corretas. Segundo 2.1. *Princípios - A Política Nacional de Assistência Social - PNAS/ 2004* em consonância com o disposto na *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), capítulo II, seção I, artigo 4º*, que estabelece que os princípios que regem a PNAS/2004 são:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Fontes:

- BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Brasília, DF, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. Política Nacional de Assistência Social. **Resolução Normativa RN N.º 78, de 25 de junho de 2004.** Brasília, DF, 2004.

57) Foi definido, segundo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, de dezembro de 2006, um sistema público com comando único, descentralizado, não-contributivo que organiza e normatiza a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva da universalização dos direitos, regulando em todo o território nacional, as ações sócio-assistenciais. A descrição do sistema público acima definido corresponde ao

- a) SUS (Sistema Único de Saúde).
- b) SUAS (Sistema Único de Assistência Social).
- c) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).
- d) CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

De acordo com a *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) - NOB-RH/SUAS, de dezembro de 2.006, página 40*, o SUAS - Sistema Único de Assistência Social é um sistema público com comando único, descentralizado, não-contributivo que organiza e normatiza a Política Nacional de Assistência Social na perspectiva da universalização dos direitos, regulando em todo o território nacional as ações sócio-assistenciais.

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB - RH.** Brasília, DF, 2006.

58) De acordo com a “Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras” (Sposati), a introdução de políticas sociais apoiadas em um determinado modelo específico consagra as formas populistas de relação e a benevolência enquanto forma de atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas. Qual é a definição do modelo específico supracitado?

- a) Institucional.
- b) Assistencial.**
- c) Social-democrata.
- d) Estado de bem-estar.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Segundo a “Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras” (Sposati, Aldaíza de Oliveira), a introdução de políticas sociais calçadas no modelo *assistencial* consagram formas populistas de relação e a benevolência enquanto forma de atendimento às necessidades de reprodução da sobrevivência das classes subalternizadas.

Fonte: SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

59) Iamamoto (2000), em “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional”, discorre que, para garantir uma sintonia dos serviços sociais com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do serviço social, prisioneira em seus muros internos. Considerando o contexto acima, os maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, podem compreender alguns aspectos como:

- I. desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade.
- II. construir propostas de trabalho paliativas.
- III. construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.
- IV. ser um profissional executivo e reacionário.
- V. ser um profissional propositivo e não só executivo.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I, III e V.**
- c) II, IV e V.
- d) I, II, III e IV.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

As afirmativas II e IV não estão corretas. Segundo Marilda Vilela Iamamoto em “O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação Profissional” (2008), os maiores desafios que o Assistente Social vive no presente, compreendem aspectos como: *desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.*

Fonte: IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

60) A Constituição Federal de 1988, capítulo II – dos direitos sociais, Art. 8º, estabelece os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social. Considerando os direitos e a legislação supracitada, a associação profissional ou sindical pode compreender algumas definições como:

- I. a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas, cabe ao sindicato.
- II. a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- III. a filiação sindical é obrigatória e compulsória à todas as classes profissionais e trabalhadores urbanos e rurais.
- IV. a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho é facultativa e vinculada à aceitação das partes envolvidas.
- V. o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Os aspectos enumerados anteriormente que realmente estão compreendidos pelos desafios que o Assistente Social vive no presente são apenas

- a) I, II e V.
- b) II, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I, II, III e V.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

As afirmativas III e IV não estão corretas. Segundo a *Constituição Federal de 1988, capítulo II – Dos direitos sociais*. Brasília – 1988. Art. 8º, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – A assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – *Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;*

VI – *É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;*

VII – O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

Fonte: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. (atualizada).